



# Demonstrações Financeiras 2021

**Sicredi Central Sul/Sudeste**

**Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência Contábil e Fiscal**



## **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da  
**Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Sicredi Central Sul/Sudeste**  
Porto Alegre - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Sicredi Central Sul/Sudeste ("Cooperativa Central"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Sicredi Central Sul/Sudeste em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Reapresentação dos valores correspondentes*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, às demonstrações financeiras, a qual descreve as reapresentações efetuadas sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionados a reclassificações de: (i) dos saldos de outros dispêndios e despesas operacionais para dispêndios e despesas de intermediação financeira, em decorrência da natureza das operações e (ii) dos saldos de resultado não operacional para os grupos de outros dispêndios e despesas operacionais, em decorrência da natureza das operações. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins

de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Cooperativa Central.

#### Ambiente de tecnologia da informação

As operações da Cooperativa Central, em razão do alto volume de transações e complexidade, são altamente dependentes do funcionamento adequado da estrutura de tecnologia da informação de seus sistemas. Desta forma, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas nos testes de controle gerais de tecnologia para os processos de gestão de mudança e gestão de acessos referente aos sistemas considerados relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliarem na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.



Nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados, forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

#### Transações com parte relacionadas

A Cooperativa Central é parte integrante da estrutura organizacional do Sistema Cooperativo Sicredi e realiza, dentro do âmbito de suas operações, transações com essas partes relacionadas. Devido ao grande número de partes relacionadas, ao volume transacionado e ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com partes relacionadas como um dos principais assuntos de auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do entendimento das políticas e procedimentos que a Cooperativa Central possui para identificar e mapear as transações com partes relacionadas, além da obtenção de representação formal, por parte da administração, a respeito da identificação de todas as partes relacionadas da Cooperativa Central. Testamos, de forma amostral, as transações com partes relacionadas, para validar a existência, valorização e competência dos saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como a eliminação de seus efeitos, quando aplicáveis. Com base nos exames efetuados, confirmamos que as transações com partes relacionadas seguem condições de mercado. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Cooperativa Central na nota explicativa nº 14, às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração, na identificação e reconhecimento das transações com partes relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Cooperativa Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício, prestamos contas as Cooperativas Filiadas dos resultados obtidos pela Central Sicredi Sul/Sudeste, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado como um período de resiliência e adaptação, frente aos desafios ainda impostos pela pandemia. Mesmo com este cenário, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo, por meio das linhas de crédito concedidas aos associados pelas nossas Cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades e das regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, buscando sempre entregar ao nosso associado a solução mais adequadas às suas necessidades.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), os quais permitem a realização de diferentes operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz mais agilidade para muitas das solicitações. Através destas ações, nossas Cooperativas buscam atender aos associados através do canal mais adequado a ele. E com este foco, mantivemos atuação presencial e ampliamos o número de agências, seguindo os protocolos sanitários vigentes, e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados.

Enquanto Cooperativa Central, mantivemos nossa atuação voltada em servir de forma simples próxima e ativa, promover a estratégia sistêmica, fomentar a sinergia na organização do Sistema Sicredi e atuar representando os interesses comuns das cooperativas filiadas.

Dessa forma, focamos os esforços no papel estratégico da Central Sicredi Sul/Sudeste na representação interna e externa, na gestão do conhecimento e supervisão, concentrando nossas iniciativas e ações na execução dos objetivos estratégicos definidos em nosso planejamento estratégico, entre os quais destacam-se o assessorar os níveis táticos e estratégicos das Cooperativas, disponibilizar conhecimento, promover o fortalecimento da marca, aprimorar a gestão tática sistêmica, aprimorar o modelo de governança e processo decisório, estimular a melhoria de eficiência, promover a transformação digital e cultural e evoluir no modelo de supervisão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste  
CNPJ/MF nº 87.437.687/0001-05

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>	<b>10.036.468</b>	<b>7.734.743</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>9.445.410</b>	<b>7.318.180</b>
ATIVOS FINANCEIROS	9.559.748	7.389.038	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	9.206.266	7.092.714
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05) 331.201	276.345	Centralização financeira - cooperativas	(Nota 10) 9.206.266	7.092.714
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06) 9.215.187	7.096.347	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 11) 2.558	2.597
Outros ativos financeiros	(Nota 07) 13.360	16.346	OUTROS PASSIVOS	(Nota 12) 236.586	222.869
OUTROS ATIVOS	(Nota 08) 205.572	205.482	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	(Nota 13) <b>591.058</b>	<b>416.563</b>
INVESTIMENTOS	(Nota 09) 269.256	138.113	CAPITAL SOCIAL	580.337	406.094
IMOBILIZADO DE USO	1.892	2.110	RESERVAS DE SOBRES	10.721	10.469
			Reserva legal	10.553	10.553
			Ajustes de avaliação patrimonial em controladas e coligadas	168	(84)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>10.036.468</b>	<b>7.734.743</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10.036.468</b>	<b>7.734.743</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste**  
CNPJ/MF nº 87.437.687/0001-05

Descrição das contas	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>291.250</b>	<b>393.313</b>	<b>151.793</b>
Operações de crédito	-	1.250	2.504
Resultado de títulos e valores mobiliários	291.250	392.063	149.289
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(281.908)</b>	<b>(379.248)</b>	<b>(141.367)</b>
Resultado centralização financeira - Cooperativas (Nota 10)	(281.908)	(379.248)	(141.367)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>9.342</b>	<b>14.065</b>	<b>10.426</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(9.342)</b>	<b>(14.065)</b>	<b>(10.426)</b>
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 19)	(11.830)	(21.938)	(21.763)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 15)	(81.163)	(149.938)	(123.921)
Dispêndios e despesas tributárias	(45)	(87)	(77)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 09a)	(521)	(1.685)	4.175
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 16)	270.140	511.171	436.031
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 17)	(185.923)	(351.588)	(304.871)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi  
Sul/Sudeste

CNPJ/MF nº 87.437.687/0001-05

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
<b>Resultado líquido do semestre / exercício</b>	-	-	-
Outros resultados abrangentes			
(-) Ajustes de instrumentos financeiros	184	252	(80)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	184	252	(80)
<b>Resultado abrangente atribuível</b>	<b>184</b>	<b>252</b>	<b>(80)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste

CNPJ/MF nº 87.437.687/0001-05

	Capital Social	Reserva Legal	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
<b>Saldos no início do exercício em 01/01/2020</b>	<b>389.851</b>	<b>10.553</b>	<b>(4)</b>	<b>400.400</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	16.243	-	-	16.243
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(80)	(80)
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2020</b>	<b>406.094</b>	<b>10.553</b>	<b>(84)</b>	<b>416.563</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>16.243</b>	<b>-</b>	<b>(80)</b>	<b>16.163</b>
<b>Saldos no início do exercício em 01/01/2021</b>	<b>406.094</b>	<b>10.553</b>	<b>(84)</b>	<b>416.563</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	174.243	-	-	174.243
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	252	252
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2021</b>	<b>580.337</b>	<b>10.553</b>	<b>168</b>	<b>591.058</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>174.243</b>	<b>-</b>	<b>252</b>	<b>174.495</b>
<b>Saldos no início do semestre em 01/07/2021</b>	<b>441.608</b>	<b>10.553</b>	<b>(16)</b>	<b>452.145</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	138.729	-	-	138.729
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	184	184
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2021</b>	<b>580.337</b>	<b>10.553</b>	<b>168</b>	<b>591.058</b>
<b>Mutações do semestre</b>	<b>138.729</b>	<b>-</b>	<b>184</b>	<b>138.913</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste**  
CNPJ/MF nº 87.437.687/0001-05

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>(4.387)</b>	<b>(1.218)</b>	<b>(3.565)</b>
Sobras líquidas	-	-	-
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE</b>	<b>(4.387)</b>	<b>(1.218)</b>	<b>(3.565)</b>
Depreciação e amortização	263	528	525
Baixas do ativo permanente	4	104	218
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(2.283)	(39)	1.136
Resultado de instrumento híbrido de capital e dívida	(4.263)	(6.018)	(3.810)
Resultado de participações em controladas e coligadas	521	1.685	(4.175)
Provisão para bônus produtividade	1.371	2.522	2.541
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(31.392)</b>	<b>(43.445)</b>	<b>3.094</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(40.960)	(54.856)	9.204
(Aumento) Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(189.979)	(2.112.822)	(3.215.835)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	189.762	2.113.551	3.211.269
(Aumento) Redução em outros ativos	(21.580)	(562)	13.813
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	43	48	(1)
(Redução) Aumento em outros passivos	31.322	11.196	(15.356)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(35.779)</b>	<b>(44.663)</b>	<b>(471)</b>
Aquisição de imobilizado de Uso	(221)	(414)	(271)
Integralização de capital em empresas controladas e coligadas	(102.729)	(133.243)	(16.243)
Dividendos recebidos	-	4.077	742
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(102.950)</b>	<b>(129.580)</b>	<b>(15.772)</b>
Integralização de capital	138.729	174.243	16.243
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>138.729</b>	<b>174.243</b>	<b>16.243</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	-	-	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	-	-	-
<b>ITENS QUE NÃO AFETAM CAIXA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Adiantamentos para projetos tecnológicos	(5.656)	(12.431)	(23.167)
Reassarcimento de projetos tecnológicos	5.656	12.431	23.167

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Sicredi Central Sul/Sudeste ("Cooperativa Central" ou "Instituição"), instituição financeira cooperativa de crédito que tem como atividade principal difundir o cooperativismo de crédito, coordenar e supervisionar a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão, podendo praticar todas as operações compatíveis com a sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de fontes externas, obedecida à legislação pertinente, aos atos regulamentares oficiais, seu estatuto e às normas internas do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"), tendo iniciado as suas atividades em 27 de outubro de 1980.

A Sicredi Central Sul/Sudeste, situada na rua Manoelito de Ornellas, nº 55 18º e 19º andar, na cidade de Porto Alegre/RS instituição sem fins lucrativos, tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Os ativos e passivos são substancialmente gerados junto a instituições ligadas, sendo os custos dos serviços da Cooperativa Central cobrados diretamente de suas filiadas, através do fluxo orçamentário preparado para cada período.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.082 pontos, sendo 42 cooperativas filiadas a esta central. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

(a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos outros dispêndios e despesas operacionais, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais. A central entende que os valores aplicados via Centralização Financeira não se caracterizam como outros dispêndios e despesas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como resultado da centralização financeiras. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita de intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como Intermediação Financeira, logo essa classificação é a mais adequada.

(b) Resultado não operacional

Entre as alterações normativas decorrentes da Resolução BCB nº2/20 ocorreu uma mudança na forma de apresentação das demonstrações de sobras ou perdas. A cooperativa central entende que o saldo relativo as sobras ou perdas do resultado não operacional não é mais parte integrante deste demonstrativo, conforme entendimento anteriormente adotado. Desta forma, a cooperativa central reclassificou os saldos por natureza nos grupos de contas de outros dispêndios e despesas operacionais, para fins de favorecer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Os valores reclassificados estão demonstrados nos quadros abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	-	(141.367)	(141.367)
Resultado centralização financeira - Cooperativas (nota 10)	-	(141.367)	(141.367)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	151.793	(141.367)	10.426
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	(151.805)	141.379	(10.426)
Outros dispêndios e despesas operacionais (nota 17)	-	-	-
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	12	(12)	-

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 24 de março de 2022.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

#### **e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

#### **f) Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

#### **g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### **h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

#### **l) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **j) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **k) Impostos e contribuições**

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

#### **l) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### **m) Principais julgamentos e estimativas contábeis**

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

a) Redução ao valor recuperável de outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

b) Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

#### **n) Resultado recorrente e não recorrente**

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Sicredi Central Sul/Sudeste ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

A Cooperativa Central não possui saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) - Ligadas	-	426
Total circulante	-	426
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) - Ligadas	10.414	8.709
DI entre Cooperativas e Central	320.787	267.210
Total não circulante	331.201	275.919
Total circulante e não circulante	331.201	276.345

O DI entre Cooperativas e Central permite a transferência do excedente de liquidez das Cooperativas Centrais para as Cooperativas Singulares, com taxa de remuneração de 100% do CDI. Dessa forma, recursos ociosos são passíveis de melhor rentabilização via demandas de crédito das Cooperativas Singulares.

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de investimento de curto prazo - FIRF	8.816.688	6.865.672
Total circulante	8.816.688	6.865.672
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	259.341	92.095
Letras Financeiras Subordinada - LFS	139.158	138.580
Total não circulante	398.499	230.675
Total circulante e não circulante	9.215.187	7.096.347

A Circular nº 3.068/01 do BACEN, que trata sobre a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para o registro e avaliação contábil da carteira de títulos, não se aplica à Cooperativa Central.

O FIRF Crédito privado Zeramento é reservado às cooperativas integrantes do Sicredi e fundos de investimentos reservados a estas instituições, investidores profissionais, conforme legislação vigente. O Fundo é administrado pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e a gestão é realizada pela Confederação das Cooperativas do Sicredi. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas rentabilidade compatível com a taxa DI CETIP. O Fundo se classifica como renda fixa e aplicará os recursos integrantes de sua carteira da seguinte forma: 80%, no mínimo, em quaisquer ativos financeiros de renda fixa, diretamente ou sintetizados via derivativos. A taxa de administração será de 0,025% a.a. sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM, gerando um resultado de R\$ 363.953 (dezembro de 2020 - R\$ 133.642).

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação junto à Cooperativa Central, que encontra-se com saldo devedor no exercício corrente no montante de R\$ 139.158 (dezembro de 2020 - R\$ 138.580), através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada a 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados.

As Letras Financeiras do Tesouro - LFT estão vinculadas, sob a forma de garantia, ao acordo operacional firmado, em 25 de julho de 2014, entre a Cooperativa Central e o Banco Rabobank International Brasil S.A com a finalidade de disponibilizar linha de financiamento/capital de giro aos associados de cooperativas singulares filiadas a Cooperativa Central, gerando um resultado de R\$ 8.761 em 12/2021 (R\$ 4.290 em 12/2020).

**NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimento de despesas	13.309	12.896
Dividendos a receber	-	3.410
Outras	51	40
Total circulante	13.360	16.346

O ressarcimento de despesas trata-se do valor a receber das filiadas referente os valores a ressarcir das despesas administrativas resultante da contribuição das filiadas sobre o orçamento da Cooperativa Central.

**NOTA 08 – OUTROS ATIVOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	48	96
Adiantamentos e antecipações salariais	127	110
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	332	347
Impostos e contribuições a compensar	8	4
Ressarcimento centralizadora	23.587	12.545
Pagamentos a ressarcir	84	61
Outros	1.685	1
Total circulante	25.871	13.164
Devedores por depósitos em garantia	2.618	2.803
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	177.083	189.515
Total não circulante	179.701	192.318
Total circulante e não circulante	205.572	205.482

Ressarcimento centralizadora referem-se à provisão de valores adiantados para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

Os adiantamentos para pagamento de nossa conta referem-se à antecipação de valores para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS****a) Avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

	Sicredi Participações S.A.		Confederação		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	265.772	122.761	3.029	-		
Percentual de participação	23,22%	11,25%	56,54%	56,54%		
Capital social	1.468.211	1.178.211	5.358	5.358		
Patrimônio líquido	1.485.517	1.192.999	5.373	5.373		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício social	(10.255)	38.149	-	-		
Valor do investimento	266.217	135.074	3.038	3.038	269.255	138.112
Equivalência patrimonial	(1.685)	4.175	-	-	(1.685)	4.175

**b) Avaliados pelo método de custo**

	31/12/2021	31/12/2020
Sicredi Fundos Garantidores - SFG	1	1
Total	1	1

**c) Movimentação dos investimentos**

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	138.113	121.185
Aumento de capital em controladas e coligadas	133.243	16.243
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas e coligadas	252	(80)
Dividendos a receber	(667)	(3.410)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.685)	4.175
Saldo final	269.256	138.113

**NOTA 10 – CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS**

	31/12/2021	31/12/2020
Centralização Financeira - Cooperativas	9.206.266	7.092.714
Total circulante	9.206.266	7.092.714

	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Resultado centralização financeira - Cooperativas	281.908	379.248	141.367
Total circulante	281.908	379.248	141.367

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerada a uma média de 100% do CDI. A aplicação desses recursos se dá no mercado financeiro através de títulos e valores mobiliários que por sua vez geraram receitas no mesmo montante.

**NOTA 11 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa Central possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	Provável	2.558	2.597
Total não circulante		2.558	2.597

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2021	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2021
Trabalhista	2.597	2.474	(2.513)	2.558
Total não circulante	2.597	2.474	(2.513)	2.558

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa Central possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 485, R\$ 1 e R\$ 301 (2020 - R\$ 5.418, R\$ 0 e R\$ 200), respectivamente.

A Cooperativa Central possui depósitos judiciais no montante de R\$ 2.618 (dezembro de 2020 - R\$ 2.803), registrados na rubrica de "Outros Ativos", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

**NOTA 12 – OUTROS PASSIVOS**

	31/12/2021	31/12/2020
Fundo Cobertura de Valores	5.701	2.519
Contas a pagar - empresas do grupo	10.837	11.809
Provisão para pagamentos a efetuar	28.645	17.245
Impostos e contribuições a recolher	932	800
Valores a repassar DI	13.346	768
Credores diversos	12	13
Demais fornecedores	27	42
Pendências a regularizar	3	158
Total circulante	59.503	33.354

Valores a ressarcir cooperativas	177.083	189.515
Total não circulante	177.083	189.515
Total circulante e não circulante	236.586	222.869

Valores a repassar DI referem-se ao repasse financeiro dos rendimento de DI realizado para as cooperativas filiadas a cada 02 anos do vencimentos dos títulos. Próximo repasse será em Nov/22.

Valores a ressarcir cooperativas referem-se à provisão de valores adiantados para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.



**NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	406.094	389.851
Integralização de capital	174.243	16.243
Capital Social	580.337	406.094

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 580.337 (dezembro de 2020 – R\$ 406.094). Nas reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 23 de abril de 2021 e 26 de agosto de 2021, foram autorizadas as integralizações de capital social nos montantes de R\$ 35.514 e R\$ 138.729, respectivamente, aportados pelas quarenta e duas Cooperativas filiadas a esta Cooperativa Central.

**b) Destinações estatutárias e legais**

De acordo com o estatuto social das cooperativas e com a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas terão a seguinte destinação no final do exercício:

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.
- 45% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

**c) Reservas Central**

- Reserva legal: tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

**c) Sobras e perdas acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada anualmente após encerramento do exercício.

**NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Operações com Instituições relacionadas**

As operações da Cooperativa Central são substancialmente realizadas com partes relacionadas (Cooperativas, cooperados, Banco, SicrediPar, Confederação e Fundação), efetuadas a taxas e condições usuais de mercado.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	331.201	276.345
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	8.955.846	7.004.252
Outros ativos financeiros (Nota 07)	13.360	16.346
Outros ativos - diversos (Nota 08)	201.006	202.407
Investimentos (Nota 09)	269.256	138.113
<b>Passivo</b>		
Centralização financeira - cooperativas (Nota 10)	9.206.266	7.092.714
Outros passivos - diversos (Nota 12)	230.554	217.156
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas</b>		
Resultado títulos e valores mobiliários	392.059	149.701
Operações de crédito	-	54
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 16)	504.074	434.607
<b>Despesas</b>		
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 15)	52.855	44.911
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 17)	285.515	267.480
Resultado centralização financeira - Cooperativas (Nota 10)	379.248	141.367

**b) Remuneração de pessoal chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

A cooperativa Central não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Benefícios	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	2.993	2.376

**NOTA 15 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	34	70	66
Aluguel de imóveis	407	800	829
Manutenção e conservação de bens	59	127	140
Materiais	48	87	37
Processamento dados	600	979	651
Licenças software - confederação	4.235	5.138	581
Comunicação corporativa filiadas	13.631	24.266	16.772
Serasa	12.679	22.704	19.165
CDL	2.021	4.589	3.305
Serviços de vigilância e segurança	33	66	102
Serviços de transportes	2.017	3.969	1.867
Viagem	72	96	82
Depreciação e amortização	263	528	525
Contribuição confederação	28.564	54.659	58.673
Rateio Confederação - recuperação de crédito	5.529	10.381	9.182
Viagem ao exterior	56	56	12
Serviços de terceiros	1.487	1.748	2.016
Guarda de valores	4.924	10.462	5.315
Máquinas e equipamentos	-	-	33
Outras despesas administrativas	4.504	9.213	4.568
<b>Total</b>	<b>81.163</b>	<b>149.938</b>	<b>123.921</b>

**NOTA 16 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimento contribuição filiadas	266.619	504.074	434.606
Reversão de provisões operacionais	819	1.234	1.122
Reversão de provisões para passivos contingentes	2.513	2.513	90
Outras rendas operacionais	189	3.350	213
<b>Total</b>	<b>270.140</b>	<b>511.171</b>	<b>436.031</b>

O ressarcimento contribuição filiadas refere-se as movimentações de repasses de rateio da Central para as Cooperativas filiadas.

**NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Cooperativas filiadas	9.172	12.577	12.008
Contribuição Confederação - Sustentação	85.309	164.135	148.769
Contribuição Confederação - Projeto custeio	18.758	35.326	41.954
Contribuição Confederação - Célula expansão	13.527	20.555	13.650
Contribuição Confederação - Sicredi digital	23.053	46.427	56.106
Contribuição Confederação	28	42	100
Contribuição Confederação - Operação fisal	8.697	16.110	-
Provisões para passivos contingentes	230	2.473	1.226
Despesas de provisões operacionais	583	1.079	1.065
cartões mastercard e visa multiplo	12.172	26.300	14.476
Sms cartões visa e mastercard	2.976	4.636	1.060
Programa de recompensa - Confederação	947	1.764	862
Outras despesas operacionais	10.471	20.164	13.595
<b>Total</b>	<b>185.923</b>	<b>351.588</b>	<b>304.871</b>

**NOTA 18 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE**

Diante do cenário de 2021 e 2020 não houveram eventos classificados como não recorrente.

**NOTA 19 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL**

	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	6.017	11.248	11.218
Benefícios	2.752	5.227	5.144
Encargos sociais	2.621	4.713	4.982
Treinamentos	440	750	419
<b>Total</b>	<b>11.830</b>	<b>21.938</b>	<b>21.763</b>

**NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a estrutura de gerenciamento de capital, o risco operacional, continuidade de negócios, mercado, variações de taxas de juros, liquidez, crédito, socioambiental, conformidade e segurança da informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

## II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

## III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

## IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

## V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

## VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

## VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

## VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

## IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

## X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

## XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmicas.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

**NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>243.006</b>	184.564
<b>Nível I (NI)</b>	<b>243.006</b>	184.564
<b>Capital principal - CP</b>	<b>243.006</b>	184.564
Capital social	580.337	406.094
Reservas de capital	10.721	10.469
Lucros acumulados	-	-
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes Prudenciais	(1)	(1)
Dedução de investimento em outras entidades	(348.051)	(231.998)
<b>Nível II (NII)</b>	-	-
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	-	-
Dedução de investimento em outras entidades	-	-
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>459.669</b>	172.289
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>834</b>	1.618
<b>Margem de Capital</b>	<b>196.205</b>	167.009
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>52,87%</b>	107,12%
<b>Situação de Imobilização (Imob)</b>	<b>4.930</b>	5.148
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>2,03%</b>	2,79%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

**NOTA 23 – OUTRAS INFORMAÇÕES**

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentando à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país ao longo do período. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Hamilton Marcelo Cassol  
Diretor de Supervisão  
956.444.400-44

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20